

<http://dx.doi.org/10.21527/2317-5389.2018.12.1-1>

Apresentação

A segunda edição de 2018 da Revista Direitos Humanos e Democracia reúne textos de autores nacionais e internacionais comprometidos com a efetivação dos Direitos Humanos e com a manutenção das instituições democráticas.

Em um contexto marcado por um devastador aumento da violência contra as pessoas que defendem o direito à terra e ao meio ambiente, os direitos dos povos indígenas, os direitos das mulheres, os direitos da população negra, etc., no país, fica cada vez mais evidente o fato de que o Estado brasileiro tem se constituído um agente perpetuador de tais violências, ao contrário de criar medidas para o seu enfrentamento. Basta verificar que, até o momento, passados praticamente oito meses da execução de Marielle Franco, apesar dos indícios da participação de milicianos e policiais militares no crime, a polícia brasileira ainda não apresentou um desfecho satisfatório do caso mesmo com toda a cobrança internacional e mobilização popular.

No cenário eleitoral, pessoas temem sofrer violência nas ruas pelo simples fato de expor sua opinião política. Tempos sombrios. Tempos difíceis para quem defende incondicionalmente a democracia e os direitos humanos. A temática da violência e da baixa cultura dos direitos humanos, entre nós, é tributária – porque forjada – em um modelo de sociabilidade – a sociedade escravocrata –, que se pauta em uma rígida hierarquização social e que se sustenta na necessidade constante de reafirmação desta ordem. Nesse sentido, se o longo período em que o país viveu sob ditadura militar representa, indubitavelmente, um reforço da lógica autoritária, não é, no entanto, neste tempo, que se pode buscar, do ponto de vista de uma história pendular e não linear, uma explicação para a violência que grassa nos espaços subalternizados da sociedade brasileira contemporânea.

Com efeito, a escravidão marcou de modo indelével o *modus operandi* das instituições brasileiras, direcionando seus alvos para aqueles estratos que, em alguma medida, representaram, ao longo da História, algum tipo de “risco” para os segmentos que ocuparam, desde os primórdios da História do país, espaços privilegiados de poder. Do “vadio” e do “capoeira” da incipiente República – esse imenso “zumbi” que ameaçava a “ordem pública” –, é possível perceber uma linha contínua que orienta as práticas arbitrárias e violentas até a figura do “traficante” na contemporaneidade – particularmente em tempos de intervenção federal, quando o tráfico é comparado a um câncer com metástases.

No rastro destas práticas, quedam corpos marcados pela sua monotonia cromática e de classe social. Tratam-se, invariavelmente, de “vidas nuas”, vidas que não merecem ser vividas, verdadeiros *homo sacer* – na léxica do filósofo italiano Giorgio Agamben –, tupiniquins. De fato, no Brasil, estes termos, muitas vezes, possuem nomes muito menos sofisticados – como “Amarildo” –, e traduzem existências espectrais, descartáveis, impunemente elimináveis em nome da “ordem” e do “progresso”.

Que a leitura dos textos que integram esta edição desperte em todos, ao menos, indignação.

Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth
Editor